

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA – TURMA 2011**

ANDRESSA BARICHELLO

DESIGUALDADE SOCIAL, CIDADANIA POLÍTICA E DEMOCRACIA NO BRASIL

Monografia apresentada ao Programa de Especialização em Sociologia Política da Universidade Federal do Paraná como pré requisito para obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Costa

CURITIBA

2012

RESUMO

O presente estudo demonstra como alguns respeitados autores das Ciências Sociais tematizam a questão das desigualdades sociais no Brasil, bem como qual é, segundo as respectivas obras, a visão/percepção da população acerca das desigualdades, na tentativa de construção de um liame que demonstre a afetação entre os abismos sociais, o olhar subjetivo da população quanto a essa realidade e a cidadania política, sob a premissa de que são temas indissociáveis e de grande relevo para a literatura.

Palavras chave: Desigualdade Social; Cidadania Política; Democracia.

SUMARIO

RESUMO.....	i
1. INTRODUÇÃO	3
2. DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRA – O QUE DIZ O OLHAR DE QUEM VÊ.....	5
3. DESIGUALDADE SOCIAL, CIDADANIA POLÍTICA E DEMOCRACIA – OUTRO OLHAR PARA O MESMO OBJETO	14
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é conhecido como um país de grande diversidade, especialmente devido ao imenso processo de miscigenação a que esteve submetido desde seu descobrimento. Contudo, ao mesmo tempo em que é muitas vezes valorizado pelas belezas naturais e pela vasta diversidade de manifestações culturais, o país é também lembrado como detentor de um dos maiores índices de desigualdade social.

Embora as diferenças de renda entre ricos e pobres tenham sido atenuadas nos últimos anos, conforme revela estudo realizado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (NERI, 2011) o presente estudo tem a pretensão de demonstrar que as raízes da desigualdade social - e de sua reprodução - estão mais profundamente arraigadas, não tendo seu âmago exclusivamente ligado à renda dos indivíduos.

É sabido que as variáveis que tocam às características da população, tais como a ocupação laboral, nível de escolaridade, e a própria questão da renda, bem como variáveis como sexo, cor/raça e faixa etária, tem sido objeto de análise por muitos estudiosos das Ciências Sociais e da Economia.

Contudo, a despeito da importância dessas pesquisas para a obtenção de perfis e diagnósticos sobre os contornos que as desigualdades apresentam no Brasil, a investigação da percepção subjetiva que a população brasileira tem das desigualdades merece também receber atenção. Quão desigual os brasileiros enxergam seu país? Onde se localizam as desigualdades? Como fazem a ligação entre essas respostas e a sua própria realidade? Que papéis atribuem a si e aos demais nesse contexto?

O presente estudo tem como objetivo demonstrar como os brasileiros de um modo geral, na perspectiva dos autores analisados, percebem as diferenças sociais como sendo fruto de um processo natural, e que tal idéia está internalizada em todas as classes sociais, as quais acreditam que a mobilidade de classe é meritocrática.

Ainda, também enquanto objetivo deseja-se fazer constar como tal realidade pode repercutir nas esferas da cidadania política e, em última instância, no próprio regime democrático. Pretendemos nos orientar no sentido de ratificar a premissa de que no Brasil os privilégios ainda figuram como recompensas para qualidades individuais e não como condição socialmente determinada, favorecendo a manutenção do *status quo* vigente e adiando a consolidação democrática plena.

Para a realização deste estudo utilizou-se como base os trabalhos produzidos pelos autores: Antonio Euzébios Filho, Celi Scalon, Elisa Pereira Reis, Elizabeth Balbachevsky e Denilde Holzhacke, Marilena Chauí, e Simon Schwartzman, a respeito da complexa e palpitante temática.

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se como o estudo das desigualdades fora inicialmente concebido enquanto uma temática atinente ao campo dos saberes da Economia e a partir de qual contexto passou-se a considerar sociologicamente esse processo.

No segundo capítulo direcionou-se o recorte para a apresentação de alguns trabalhos realizados no Brasil sobre o tema da desigualdade, os quais foram essencialmente concluídos por meio de entrevistas com a população, no sentido de buscar traduzir qual é a percepção real desta a respeito das desigualdades, em detrimento de tão somente caracterizar-se como a defesa de idéias acadêmicas dos próprios autores.

No terceiro capítulo a partir da apresentação dos reveladores resultados obtidos nas pesquisas apresentadas, faz-se a intervenção de, por intermédio do diálogo entre as conclusões dos autores utilizados, demonstrar o impacto que a questão das desigualdades tem sobre a cidadania política do brasileiro.

Por fim, no último capítulo desse breve estudo apresentam-se as considerações finais obtidas mediante a análise das ideias extraídas dos trabalhos dos autores pesquisados.

2. DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRA – O QUE DIZ O OLHAR DE QUEM VÊ

Em seu artigo “Estatísticas da Pobreza”, Simon Schwartzman (1997) esclarece que embora a pobreza tenha sido um objeto de estudo recorrente na história, o entendimento a respeito de suas causas e de sua perpetuação sofreu alterações ao longo do tempo. Segundo o autor, a pobreza durante séculos foi concebida como algo natural na existência humana, sendo até mesmo a realidade para a maioria das pessoas. Dessa maneira, o estudo de tal questão durante longo período esteve condicionado ao âmbito dos estudos relativos à economia, até então área interessada nessa temática, especificamente pelas visíveis implicações de ordem econômica que a variação de renda e a posse de bens sempre geraram. Portanto, esclarece, a atenção voltava-se mais atentamente ao campo das mazelas sociais apenas em situações em que havia revolta, ou ameaça à ordem vigente.

Schwartzman (1997) explica que com o fenômeno mundial da saída do campo para as grandes cidades, rumo às indústrias, passou-se a discutir mais a questão sob o prisma do debate pelo qual se buscava entender se a pobreza era advinda de uma corrosão moral dos indivíduos pouco afeitos ao trabalho, ou se um reflexo da economia de mercado, do alargamento industrial e do próprio modo de organização social. A partir desse momento, portanto, é que se teve a inclusão do interesse pelos sujeitos, em detrimento de um estudo meramente voltado ao campo econômico estrutural.

Nesse cenário Schwartzman (1997) destaca que a pobreza, central à questão da desigualdade social, já foi discutida sob diversos pontos de vista: desde o crescimento populacional à suposição de preguiça e excesso de bebida consumida pelos pobres, por exemplo. Os países capitalistas, de um modo geral, promoviam entre a população o consenso de que quem desejasse, poderia encontrar emprego. Assim, a marginalidade era tida como uma escolha pessoal, ou como uma “não-ação” em busca de melhores condições. Tal visão passou a ser minimamente desconstruída a partir da crise de 1929, em que muitas pessoas perderam seus empregos a despeito do seu interesse pessoal em prosperar e levar uma vida digna. Nos dizeres de Schwartzman (1997 p.17):

Os ciclos econômicos destruíam empregos de tempos em tempos, e a crise mundial de 1929 colocou milhões de pessoas em situação de pobreza, independentemente de seus valores moral e ética do trabalho (...). A diferença principal entre os estudos de pobreza do século XIX e as estatísticas de desemprego do século XX é que a pobreza era vista como uma característica das pessoas, mesmo que elas pudessem eventualmente mudar, enquanto que o desemprego era visto como um fenômeno estrutural temporário.

Alerta o autor, que se manteve por longo período o convencimento de que pobreza era atribuível aos indivíduos, diferenciando-se do simples contexto de desemprego, enquanto que este, mera questão temporária. Será este um paradigma já superado?

No estudo realizado por Antônio Euzébios Filho (2007) este defende sob uma ótica Marxista que a ideologia liberal presente no regime brasileiro, trata da essência dos indivíduos sem considerar o processo histórico. Desse modo, a relação entre os homens ganha um caráter de naturalização - é como é - e a realidade atual aparece como resultante de um processo social natural (a - histórico), de modo que as origens dos problemas sociais são voltadas para o fracasso pessoal de cada um. Isso acontece, segundo o autor, porque nunca se olha para tal problemática remontando-se ao processo histórico que a conduziu, entendendo que a crítica à realidade só é possível analisando-se o que no tempo a antecedeu. Ainda, em sua ótica, sendo ausente no Brasil essa dialética, a visão de sucesso tem como referência a autossuficiência. O pobre, portanto, ocuparia o lugar de quem não possui competências individuais, sendo, conseqüentemente, um sujeito com baixa autoestima. É o indivíduo que acredita que sua situação econômico-cultural melhorará ao longo dos anos na medida de seu esforço pessoal - em detrimento de perceber a escalada social enquanto um processo mais complexo.

Para Antonio Euzébios Filho (2007) essa cosmovisão é difundida pelos meios de comunicação, pela associação da pobreza com a violência e pelos discursos da competência. Nesse espaço, o indivíduo não conseguiria exercer a crítica (e a autocrítica), pois socialmente não se coloca em papel de ator, não se sente em condições de ocupar um lugar por si mesmo determinado, restando prejudicado seu olhar para si enquanto sujeito. Por tal motivo, o cidadão permaneceria passivo diante do lugar social que lhe é atribuído, sem nunca apropriar-se conscientemente dos processos que o cercam. Ou seja, mais do que

admitir as limitações do modelo capitalista, a culpabilização individual teria o condão de justificar o próprio regime. Nas palavras do autor:

Com o objetivo de sustentar uma relação entre classes, ao tratar da essência humana sem considerar sua dimensão histórica, a ideologia liberal fomenta de diferentes maneiras, uma visão naturalizada do mundo dos homens: as relações mercantis são tomadas como resultado de um aperfeiçoamento gradual da essência humana, naturalmente competitiva e mesquinha, que se desenvolveu, ao longo do tempo, ao ponto de estas “características naturais” do humano serem controladas e civilizadas. (EUZÉBIOS FILHO, 2007, p. 37)

Para embasar sua argumentação a respeito da questão, Euzébios Filho (2007) realizou um estudo, onde foram realizadas entrevistas, entre elas destaca a ocorrida com um jovem negro de 22 anos, estudante de escola pública e pai de uma criança que frequenta a escola pública infantil. O rapaz, que mora com a avó, reside em um bairro de classe baixa próximo à sua escola desde que nasceu e, quando da entrevista, cursava o terceiro ano do ensino médio. O estudo realizado demonstra que o jovem quando chamado pelo entrevistador para refletir sobre a questão da desigualdade social brasileira destacou logo que esta é expressa pela variável renda e moradia. Segundo o autor, isso demonstra que a desigualdade revela sua face no mundo das coisas materiais. Para Euzébios Filho (2007) o que chama a atenção é que, quando questionado a respeito das causas da desigualdade social, o participante diz:

Ai a gente vai entrar em um esquema de política, né, de governo, que não dá o mesmo conceito de estudo pra o pessoal pobre da escola pública estadual, do que numa escola particular, que a gente vê muito hoje é que numa escola estadual você, por exemplo, não tem merenda pra todos.¹ (EUZÉBIOS FILHO, 2007, p.40).

A resposta do entrevistado tomou por base a diferença na qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas e particulares, sendo que ao Estado caberia resolver tais discrepâncias para que todos os cidadãos tivessem oportunidades iguais.

A afirmativa corrobora a premissa inicial do autor, de que o sucesso é comumente pensado como uma resposta a iniciativas individuais. Em determinada altura da entrevista, o jovem alude que filhos de pobres e ricos tem condições de se tornarem médicos, por exemplo, bastando que se esforcem para tanto. O pobre que não acredita nessa possibilidade, segundo o entrevistado do pesquisador Euzébio Filho (2007), seria aquele que “discrimina a si mesmo”. O entendimento do jovem entrevistado é, portanto, de que a visão subjetiva que o indivíduo tem de si mesmo é que viabilizará, ou não, que ele se realize no âmbito das coisas materiais. É desse modo que, segundo o texto, a falácia da igualdade reveste-se de um caráter de acessibilidade condicionada ao esforço pessoal. Nesse tocante, parece oportuno enunciar que segundo o autor, a visão de que as mazelas sociais são resultados atribuíveis aos sujeitos em particular, não está superada.

A socióloga brasileira Elisa Pereira Reis (2000) em seu escrito “Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade” faz o intrigante questionamento: “Como uma sociedade tão dispare como a brasileira, consegue resistir e manter-se minimamente coesa, tornando-se possível, viável?”. (REIS, 2000, p.143). Visando obter respostas, destaca que é preciso estar atento a respeito de como as elites (enquanto conceito genérico que engloba elites econômicas, políticas e sociais – conceito este que, por oportuno, se aplica a este estudo) entendem esse processo, pois estão elas diretamente ligadas à formulação e a implementação de políticas públicas. Sua análise, não pretende desconsiderar o papel dos estratos sociais inferiores, por entender que estes são fonte de pressão, mas sim dar relevo ao significativo papel decisório das classes mais abastadas, diferenciando-se um pouco da opção que será adotada por Celi Scalon, cujas ideias serão analisadas mais adiante.

A ideia presente no estudo de Elisa Pereira Reis (2000) é a de que as elites só desejam ver implementadas soluções coletivas para as problemáticas sociais quando constatam que nada de efetivo poderá ser feito individualmente na saúde, educação, previdência, entre outros setores públicos. Inspirada em um estudo europeu que demonstrou que se naquele continente as elites entenderam por bem delegar ao Estado a responsabilidade por resolver determinados assuntos, constatase que a questão no Brasil tem outra dinâmica. Se na Europa os cidadãos por intermédio do pagamento compulsório de tributos optaram por não envolver suas tendências pessoais na provisão dos serviços sociais, no caso dos brasileiros, sua

verdadeira motivação para relegar ao Estado a responsabilidade pela administração de recursos parece ter causas diversas que merecem ser estudadas a miúdo.

As pesquisas de Elisa Pereira Reis (2000) concentraram-se nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Ceará, tendo sido realizadas cerca de 20 entrevistas em cada um desses locais, com pessoas que ocupavam cargos em determinadas instituições. Ainda, o estudo tomou por base matérias sobre desigualdades compiladas a partir de diversos meios de comunicação, na intenção de desvelar qual seria a ideologia capaz de sustentar o *status quo*. A autora expõe que considerando a presença massiva da desigualdade social entre as maiores preocupações dos entrevistados, estes foram convidados a responder qual seria, em sua opinião, o motivo pelo qual a despeito da importância dada pelos brasileiros à questão social, as políticas referentes a esse setor não davam conta da demanda. As respostas caminharam no sentido de culpabilizar o Estado - esse ente, cuja composição soa vaga - além da falta de vontade política.

O estudo realizado por Elisa Pereira Reis (2000) demonstra que o tema da desigualdade é motivo de grande preocupação para as elites, que a enxerga como ameaça à democracia, aliada aos baixos níveis de educação e de renda. A partir desses dados, a autora questionou seus entrevistados, sobre quais seriam, na sua visão, as soluções para a minoração de tais problemas. Do mesmo modo em que o jovem de classe baixa entrevistado por Euzébio Filho (2007) respondeu educação, também para os entrevistados de Elisa Pereira Reis, a educação seria a forma mais adequada para combater as diferenças sociais causadoras de abismos sociais.

Contudo, tal resultado, segundo a autora, é uma verdadeira panacéia. Ao classificar como importante a oportunização de um ensino de qualidade pelo Estado, os atores enunciam seu interesse na igualdade de competição entre os cidadãos. Ocorre que o sincero desejo, escamoteado por esse discurso, é o evitar que a desigualdade seja minorada mediante a aplicação de políticas e práticas efetivas de distribuição de renda. Ou seja, a escola aparece como ferramenta de mobilidade social e o interesse não declarado dos entrevistados é o de promover a inclusão dos pobres sem que isso afete os não pobres:

Nos diferentes setores da elite um peso muito grande é atribuído aos investimentos em educação, que aparecem como a grande panacéia. A educação é vista como um recurso a ser explorado pelo poder público tendo em vista dotar os setores

mais pobres da população de condições para competir por um lugar melhor na estrutura social sem envolver uma ativa redistribuição de renda e riqueza. (REIS, 2000, p.146).

Importante observar, segundo a autora, que apesar da crença de que a ação é a melhor maneira de colocar os interesses em movimento, as elites exercem pouca pressão – por não sentirem-se responsabilizadas por esse processo, por não sentirem-se parte desse processo, exatamente porque relegam ao Estado o atendimento dessas demandas. Nem mesmo aqueles que ocupam cargos eletivos ou públicos sentem-se como parte da figura do Estado. Ou seja, partindo de uma atitude clientelista em relação ao Estado, as elites rechaçam que a omissão política possa ser atribuída a elas próprias e permanecem inertes. Mais do que isso, a autora entende que a preocupação com a desigualdade social desemboca em uma preocupação egoística com relação ao seu próprio patrimônio e com relação à sua segurança e interesse pessoal. Nesse sentido, as preocupações com ordem e segurança figuram como primordiais e a contrariedade à implementação de políticas de ação afirmativa é massiva. Nas palavras da autora:

É interessante observar também que há um consenso quase absoluto entre as elites acerca da inconveniência de políticas de discriminação positiva em favor de determinadas minorias. Assim, por exemplo, apesar de concordarem em que existe preconceito racial no Brasil, observa-se sua rejeição, também unânime, à introdução de sistemas de cotas. No discurso aberto das elites, a preferência por iniciativas universalistas se soma à condenação explícita de medidas de ação afirmativa. (REIS, 2000, p.147).

A autora conclui que a percepção das elites é que o poder público deve levar a cabo as soluções para redução das desigualdades, sem que seja necessária a sua participação efetiva nesse processo e sem que suas regalias sejam afetadas. Daí porque o interesse dos brasileiros ao confiar ao Estado as decisões relativas ao interesse comum pretende manter privilégios, diferenciando-se dos processos que formaram as democracias europeias. Como exemplo dessa “motivação outra” das elites, a autora cita o anunciado interesse em melhores condições laborais e de saúde para os trabalhadores quando o interesse econômico dos empresários não está voltado a essa promoção e acaba por prevalecer em face da benéfica, porém onerosa melhoria das condições de trabalho. Relembra ainda a autora sobre as

medidas privadas que são tomadas em nome da segurança pessoal, o que novamente revelaria a ignorância e a ausência de real desejo do brasileiro quanto a laços de interdependência social.

Nesse cenário, conforme Elisa Pereira Reis (2000) pode-se concluir, inclusive, que as elites não possuem um interesse de fato na erradicação da pobreza. Sem impor uma solução para essa questão, a autora encerra com a consideração de que a coerção e a persuasão são medidas para que haja efetiva contraposição à falta de apoio na implementação de políticas para redução da pobreza. Ainda, em seu sentir, é identificando as motivações das elites que surge a possibilidade de se pensar eficazmente formas para persuadi-la à adesão de medidas de combate mais intenso às mazelas sociais.

A pesquisadora Celi Scalon (2007) também interessada na visão subjetiva das desigualdades sociais - a partir do ponto de vista dos próprios atores sociais - realizou um importante estudo no ano 2000, propondo-se a elucidar os seguintes questionamentos: As desigualdades sociais são um problema para a sociedade brasileira? Qual o papel atribuído ao Estado e à própria sociedade no combate às desigualdades sociais? Para oferecer possíveis respostas a essas questões, a opinião das elites e dos demais grupos da população brasileira foi confrontada.

Ao contrário da pesquisadora Elisa Pereira Reis (2000) que dá ênfase ao interesse no estudo voltado para a percepção das elites, e do pesquisador Euzébio Filho (2007) que se focou na oitiva dos mais pobres, Celi Scalon (2007) tece um paralelo - entre elite e pobreza, atenta ao que tem a dizer ambas as vozes. Em seu estudo, foi considerada elite o grupo entrevistado composto de famílias com maior renda. A autora destaca que optou por englobar a família uma vez que entende ser a mobilidade social um processo no qual está envolvida a herança do prestígio e das origens. A pesquisa revela-se importante porque, assim como no estudo realizado pelos demais autores apresentados, a autora percebe que a leitura das desigualdades no Brasil para ser feita em profundidade, não pode limitar-se à análise de dados objetivos, devendo atentar-se também para o caráter subjetivo, qual seja, o olhar dos atores sociais diretamente envolvidos. A percepção dos indivíduos a respeito da sua posição e papel no meio em que vivem, é também revestida de valor determinante para a manutenção ou mudança de sua situação.

Para evitar a eventual sugestão dos participantes, a pesquisa de Celi Scalon (2007) oferece a estes, inicialmente, uma planilha em que devem atribuir os valores

que acreditam atender ao montante salarial justo para cada categoria laboral. Nesse ponto, tanto a elite quanto as demais parcelas da população apontaram as profissões que exigem maior grau de escolarização como as que deveriam receber melhores salários. Vale lembrar que na pesquisa realizada por Antonio Euzébio Filho, seu entrevistado indicou a necessidade de melhoria nas escolas públicas como fator para atenuação das desigualdades, pelo que sua resposta coaduna-se com a percepção dos entrevistados de Celi Scalon (2007) qual seja: o esperado é que obtenha maior renda aquele que possui melhor escolaridade. A diferença entre a profissão com menor e maior remuneração, em sua pesquisa, chegou ao percentual superior a dez vezes, ou seja, uma diferença muito elevada. Como observa a autora ela apresenta-se maior entre a elite, que se apresentou favorável a uma disparidade ainda maior entre os salários.

Um dos pontos mais relevantes da pesquisa de Celi Scalon (2007) e que interessa a esse estudo, é a dicotomia entre as liberdades individuais e a igualdade social - que pressupõe uma preferência pela defesa dos benefícios sociais, e pelo fortalecimento do Estado de bem-estar. Enquanto as liberdades individuais se inclinam para uma sociedade em que a meritocracia e o individualismo são os valores primordiais, a defesa dos benefícios coletivos pressupõe a tolerância às ações afirmativas e de distribuição efetiva de renda, conforme destaca Celi Scalon (2007). Qual seria a opção dos brasileiros?

Segundo a autora o resultado obtido no exercício de atribuir os salários conforme o tipo de serviço a ser realizado, levando em conta se este é mais ou menos exigente do ponto de vista da escolaridade, dá indícios a respeito de como os brasileiros enxergam as desigualdades. Na pergunta, sobre qual deveria ser o critério preponderante para o cálculo dos salários, o tempo de educação e treinamento recebeu maior destaque, seguido pelo exercício de função de chefia ou supervisão, da necessidade de sustentar a família, e por fim, da existência de crianças para criar. Tal panorama deixa marcada a preferência pelo individual em detrimento do social. Insta mencionar que os dados obtidos corroboram aqueles já mencionados por Elisa Pereira Reis (2000) especialmente porque a necessidade de sustento de filhos menores é o provável foco de políticas sociais distributivas e de assistência – estas, rechaçadas pelas elites.

As pesquisas de Elisa Pereira Reis (2000) e Celi Scalon (2007) demonstram que as perspectiva sobre desigualdade advindas das elites, são extremamente

semelhantes à trazida pelos estratos inferiores, pelo que há notável consenso em muitas das proposições e resultados.

3. DESIGUALDADE SOCIAL, CIDADANIA POLÍTICA E DEMOCRACIA – OUTRO OLHAR PARA O MESMO OBJETO

A cidadania é exercida em sua plenitude quando atendidos os direitos civis, sociais e políticos de uma pessoa. Para Elisa Pereira Reis e Simon Schwartzman (2006), os direitos civis, de forma sintetizada, seriam os que protegem o cidadão do poder do Estado, possibilitando que goze de liberdade em suas escolhas, que possa realizar contratos, casar, manifestar seu pensamento e demais prerrogativas que estão insertas em nossa Constituição. Os direitos sociais seriam os que tocam à saúde, à educação, ao trabalho. Por fim, os direitos políticos, os quais interessam especialmente ao estudo que ora se realiza, seriam nas palavras dos autores: “os que facultam e delimitam o papel do cidadão na organização política da sua comunidade – os direitos de votar, ser eleito, organizar e participar de partidos políticos, etc.” (REIS e SCHWARTZMAN , 2000, p. 6). Segundo os autores os direitos políticos estão diretamente relacionados à democracia, sendo parte da composição de um indivíduo enquanto cidadão. Nesse cenário, a pergunta a se fazer é: Os direitos políticos são efetivamente garantidos em uma sociedade em que na prática a desigualdade social impede que sejam plenamente exercidos?

A percepção dos indivíduos a respeito da sua posição social e sua atitude perante as desigualdades sociais (em última análise entendida enquanto ausência de justiça social) é fator que impacta na cultura política de um povo. O pesquisador destaca que a população apta a exercer o direito ao voto cresceu exponencialmente ao longo do tempo, sendo que nos tempos atuais esse direito cobre praticamente toda a população adulta e menciona que se sexo, renda e propriedade há muito deixaram de ser critérios úteis para a definição de quem poderia ser eleitor, foi apenas com o advento da Constituição de 1988 que os analfabetos tiveram garantido o direito ao voto. Também a partir da Carta Magna é que aos jovens com idade mínima de 16 anos tornou-se facultado participar do processo eleitoral.

A respeito dessa temática, o estudo realizado pelas autoras Elizabeth Balbachevsky e Denilde Holzhacker (2011) demonstra que um sistema social de alta exclusão é extremamente prejudicial à consolidação da democracia. Isso porque a despeito de avanços democráticos como a implantação dos processos eleitorais e uma maior possibilidade de alternância de poder, a desigualdade social afeta a realização plena de direitos como o acesso a justiça, aos direitos políticos, sociais e

econômicos previstos na Constituição. Nesse sentido, no sentir das pesquisadoras, o regime democrático passa a não ser tão premente e tão valorizado para a população, eis que não apresenta as respostas mais satisfatórias, tornando vulnerável a sua vigência. A situação reforçar-se-ia com a oposição entre as elites e as camadas mais populares, eis que o sucesso de uma sempre foi construído com base na submissão da outra.

Contudo, o estudo em comento revelou que a democracia é tida pelas elites como o melhor regime, a despeito do consenso de que não seria um regime capaz de resolver todas as demandas sociais, o que revela que a mera democracia formal necessita de novos arranjos. Os altos índices de desigualdade são mencionados pelas autoras como principal causa de prejuízo ao regime no Brasil. A preocupação com as desigualdades revelou-se, a despeito do enfoque, uma preocupação central, tanto para as elites como para as demais camadas. Portanto, a questão das desigualdades é inegavelmente uma preocupação comum à todos os brasileiros, daí porque, mais do que o impacto que a desigualdade social é capaz de promover na consolidação da democracia, importa segundo as autoras também observar o impacto que os anseios de classe imprimem na orientação política do eleitorado.

Embora a preocupação com a questão das desigualdades não esteja diretamente ligada à orientação partidária do eleitor, a visão dos candidatos a respeito dessa temática tem influência significativa na escolha eleitoral e na avaliação quanto ao desempenho de governo, conforme demonstra o estudo comparativo realizado pelas autoras. Desse modo, na perspectiva de ambas, as elites, tão contrárias à políticas de distribuição de renda, e favoráveis tão somente à políticas de melhoria universal no acesso (como por exemplo, melhorias na educação) tomam em conta essa orientação no momento de ir às urnas. Do mesmo modo ocorre com os sindicalistas, quando estes acreditam ser legítima a redução no percentual de lucros de determinados setores.

Portanto, a partir do estudo realizado por Elizabeth Balbachevsky e Denilde Holzacker (2011) é possível notar que a temática das desigualdades, mais do que uma discussão corrente em torno de um problema social, é um fator capaz de influenciar diretamente os processos eleitorais e de impactar com isso no sucesso e consolidação do regime político vigente. Todavia, destacam que a participação política não pode se resumir ao momento das eleições, seja porque a população deve manter a fiscalização após esse período, seja porque não apenas os

representantes políticos, mas todos os cidadãos devem estar envolvidos diretamente na construção de uma sociedade menos desigual.

A esse respeito, uma das importantes conclusões do estudo de Celi Scalon ((2007) é que todos têm interesse em que haja uma melhor distribuição da riqueza, sem, contudo parecer aceitar que alguém deverá pagar essa conta. Quando questionados a respeito de a quem competiria a responsabilidade pela promoção de melhorias sociais, observou-se no estudo da pesquisadora que quando se trata de chamar para si a responsabilidade, poucos 6% da elite e 4% do povo reconhecem tal necessidade.

Em suma, a conclusão apresentada foi a de que os brasileiros relegam a instituição poder público e Estado, a obrigação de dar conta das questões sociais. Tal sentir teria profundo impacto no comportamento político dos atores sociais, eis que os resultados demonstrariam claramente que o brasileiro não julga que deva ter uma postura ativa na alteração da realidade que o cerca, mantendo-se passivo e pouco participativo na propositura e na tomada de atitudes que possam melhorar a sua condição geral de vida.

Ao nos perguntarmos como tal cenário é capaz de influenciar a cidadania política, novamente faz-se útil reproduzir as palavras de Celi Scalon (2007,p. 140):

Embora considerando que o Estado é, de fato, uma instância fundamental na superação das desigualdades em qualquer sociedade, devemos, também, apontar que o resultado desse item traduz as baixas participação e representação da sociedade e, mais ainda, a dificuldade que os brasileiros têm de se distinguirem como agentes responsáveis e capazes de combater as desigualdades.

Esse quadro, segundo Celi Scalon (2007) pode ser entendido como uma consequência do processo histórico do país. Os benefícios sociais sempre foram tomados pela população como uma benesse do Estado, tendo sido concedidos de cima para baixo. Nas palavras da autora:

Fica claro que a cultura política em nosso país envolve o amplo reconhecimento do Estado como o principal ator no combate às desigualdades. Poucos se identificam como capazes de assumirem tal papel. Essa é uma percepção consistente com um contexto histórico em que os direitos civis foram, invariavelmente, incorporados mediante decisões políticas

tomadas no âmbito do Estado, sem esquecer os 25 anos da ditadura militar, responsável pela desarticulação de movimentos sociais e políticos. (SCALON, 2007, p. 140)

Antonio Euzébios Filho e Raquel Souza Lobo Gusso (2009) destacam a importância de, qual seja o método escolhido, estudar-se a pobreza “não como uma característica intrínseca dos grupos afetados, mas como o resultado de um processo mais complexo de interação entre estes grupos e a sociedade mais ampla, através do qual as identidades, percepções e pre-conceitos são construídas e reforçadas”. (EUZEBIOS FILHO e GUZZO, 2009). É desse modo que políticas públicas voltadas para a redução da desigualdade podem ser implementadas com maior possibilidade de sucesso.

Na tentativa de melhor compreender os dados compilados pelos pesquisadores mencionados nesse estudo, interessante trazer à tona as ideias expostas por Marilena Chauí (2012) em conferência ocorrida no ano de 2012 na Universidade de São Paulo (USP).

Em sua fala, a pesquisadora elucidada como compreende a manutenção do *status quo*, especificamente no que se refere à cidade de São Paulo, voltando sua atenção especialmente para a chamada “classe média”. Dita classe, segundo seu entendimento, distingue-se da classe operária, que tem como ferramenta de trabalho sua força física, ao mesmo tempo em que se diferencia da chamada burguesia, detentora dos meios de produção. Portanto, observa a pesquisadora que a separação da classe média da classe operária decorre da possibilidade de acesso da primeira a um capital intelectual. Não propriamente um capital intelectual robusto, mas aquele representado pelo diploma. É nessa característica que dita classe sustenta a sua ideologia, na expectativa de vir a ser também burguesa, segundo o entendimento de Marilena Chauí (2012).

Esse ideal mostrou-se bastante presente, também no discurso de um dos entrevistados do pesquisador Euzébios Filho (2007) já referido em nesse estudo. O jovem, quando perguntado a respeito de suas ambições para o futuro, mencionou o desejo de concluir o ensino superior, para que pudesse melhorar de vida. Ou seja, mais uma vez nota-se que o estudo aparece como a ferramenta eleita pelo brasileiro como a “varinha mágica” da ascensão social. Seja porque os pobres desejam estudar para melhorar de vida, seja porque a classe média vê no estudo a possibilidade de diferenciar-se dos pobres e aproximar-se da burguesia, seja porque

as elites no intuito de evitar políticas de distribuição de renda tendem a apontar o estudo como maneira de fazer com que os demais subam sem que ela desça.

A ambição carregada pela classe média de um dia chegar à burguesia no mais das vezes não se concretiza, eis que os profissionais liberais e demais classes escolarizadas, continuam a distinguir-se essencialmente dela, por questões patrimoniais e econômicas.

Assim, a classe média não se sente confortável em ver acessível para as classes inferiores certos bens, sob pena de enfrentar a proletazirização de algumas benesses, o que ameaça sua diferenciação social. Daí porque, segundo a autora, no discurso ideológico da classe, estão presentes argumentos contra a distribuição de renda e a criação de políticas sociais de cotas.

Temos a meritocracia como discurso que envolve o cidadão e retira do público a responsabilidade pelas calamidades, destinando para o que é da esfera privada, a competência pelo sucesso pessoal. Tal discurso está pulverizado em todas as classes, e somado a ele há a crença em um Estado enquanto ente puramente abstrato, que deverá ser o provedor da educação de qualidade para que todos os cidadãos, em igualdade, possam melhorar sua qualidade de vida que em última análise está associada à sua qualidade de consumo e moradia.

Nesse sentido, Marilena Chauí bem conclui as pretensões do presente estudo e as posições dos autores ora trabalhados ao fazer a ligação entre os privilégios de classe e o desinteresse real das camadas mais altas da população quanto ao fim das desigualdades, a despeito de uma declarada preocupação do brasileiro com o problema dos abismos sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise bibliográfica realizada, uma das conclusões que se entende como possível, é que de que os brasileiros tendem a crer que a mobilidade social é uma possibilidade concreta para aquele que esteja disposto a empregar esforço pessoal suficiente para tanto, a ideia de que a figura do *self made man* é uma realização plenamente possível.

Em nosso sentir, a noção de que a exceção é a regra, é fator que prejudica o processo de mudança social e antes, de engajamento político. O fatalismo certamente não será motor para novas conquistas sociais. Do mesmo modo, não se pretende dizer que os menos favorecidos devem entender-se como vítimas da situação vigente, em postura igualmente fatalista. Inegável apenas é que se faz urgente a (auto) crítica, para que o problema das desigualdades sociais não seja eternamente um problema de governo, sem que os cidadãos apoderem-se de maneira consciente de seu papel político na estrutura social.

O conceito geral que se tem das causas da desigualdade social, impacta diretamente na capacidade dos indivíduos exercerem da maneira mais lúcida a sua cidadania política. Isso porque a análise e avaliação de seu papel e do papel dos governantes, passa pela noção de como está estruturado o jogo social, devendo-se entender que o Estado, embora seja um ente despersonalizado, é formado pelos políticos eleitos com o poder de voto e pelos cidadãos que são também parte do universo político, devendo exercer o direito de fiscalização dos candidatos eleitos e participar de maneira ativa nos processos eleitorais. Ou seja, é preciso que os cidadãos identifiquem-se enquanto sujeitos e desvelem suas motivações.

Importante consignar que ao contrário do que se pode imaginar, o trabalho dos autores apresentados nesse estudo, demonstra que o pensamento da elite e das demais classes a respeito das desigualdades sociais, não é de todo discrepante, pois há convergência quanto ao entendimento de que o indivíduo é o responsável por sua condição social, sendo a sua renda traduzida pelo seu empenho em crescer e “ser alguém na vida”.

A idéia de que o Estado é o responsável por resolver a questão dos abismos sociais existentes no país e de que a educação por ele ofertada será a ferramenta aplicada para igualar as oportunidades dos indivíduos são a crença e o discurso que sustentam uma sociedade onde o individualismo impera, o acirramento de classe

acentua-se e o desejo de igualdade é falacioso eis que os detentores dos aparelhos de produção não querem perder seu lucro em face da classe trabalhadora, e a classe média mais escolarizada, não quer a proletarização de seus privilégios mediante a ascensão dos mais pobres.

A esse respeito, curioso observar que muitas vezes a própria linguagem utilizada pelo sujeito já revela “de onde” ele fala. O uso da expressão “ser alguém na vida” já dá a dimensão que a conquista de prestígio tem no imaginário social brasileiro.

Resta claro que as opiniões de todos os autores revisitados coadunam-se de várias maneiras, embora usadas lentes diferentes. O que os cidadãos esperam da sociedade em que estão inseridos é a construção de uma convivência em que valores como a liberdade e a igualdade se façam presentes. Ocorre que, ao contrário do plano ideal, ainda não temos o debate argumentativo e a consolidação de uma esfera política capaz de fomentá-lo, fortalecendo assim o ideal democrático. O cidadão espera que o Estado, soberano, resolva as questões que lhe afetam, pela crença de que este é a autoridade responsável pelo estabelecimento das regras jurídicas e pelas decisões atinentes a investimentos/gastos públicos e iniciativas capazes de progressivamente consolidar o desejo de uma vida melhor.

A inexistência de uma realidade em que os brasileiros gozem do mesmo patamar político, e na qual tenham condições de construir e externar percepções sobre sua realidade e a realidade que o cerca, inviabiliza que sejam capazes de participar do jogo político de maneira otimizada. É importante que os brasileiros conquistem um equilíbrio quanto a capacidade de cada um, indistintamente, externar sua posição, representar seus interesses (uma vez que estes tornem-se conscientes), e desse modo conquistar a capacidade de pleitear a efetivação de seus direitos, a consolidação da livre expressão de pensamento, assim como a organização de efetivas mobilizações que possam exercer a pressão política necessária para que mudanças concretas ganhem corpo no Brasil.

A conclusão a que o presente estudo propõe, é que a escolarização formal foi eleita a única ferramenta para ascensão social e minoração de desigualdades, sendo tal crença um verdadeiro engano que atravanca melhorias e reforça relações de poder. A escolha da “educação pública de qualidade” como única possibilidade de mudança social, conforme demonstrado, conforma os mais pobres em sua situação - enquanto insistem na busca de qualificação individual - ao mesmo tempo

que acomoda as elites em sua posição. Ou seja, a verdadeira igualdade será conquistada não quando tivermos boas condições de vida para os cidadãos, mas antes, quando os cidadãos possam ter acesso a mesma quantidade de informação, a mesma possibilidade de ocupar espaços públicos, de tomar decisões conscientes, de identificar-se com o grupo no qual estão inseridos, de pensar, enfim, a respeito de seu lugar no mundo – entendendo que tal lugar está relacionado a condição dos atores de expressar suas demandas no espaço público e de empreender o esforço de uma luta democrática para a conquista de direitos que até hoje em nosso país foram recebidos enquanto “benesses” estatais.

Na história do Brasil muitos direitos foram garantidos por regimes ditatoriais como forma de manutenção da ordem, tendo sido posteriormente incorporados e mantidos, evitando-se o retrocesso. Todavia, para o fortalecimento democrático será necessário que em algum momento os direitos passem a representar o resultado de um esforço democrático empreendido pelos próprios interessados. Assim, a despeito dos avanços de nossa democracia ainda recente, há um longo caminho a ser percorrido com desafios a serem vencidos.

Se por hora o individualismo ainda ganha tamanha força, sendo preponderante a ideia de que o esforço pessoal é o único capaz de dar a alguém a condição de ser. Parece-nos que melhor será quando finalmente pudermos ser – todos juntos - e cada um.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALBACHEVSKY, Elizabeth. HOLZHACKER Denilde. O novo consenso da sociedade brasileira: democracia e igualdade. Opinião Pública vol.17 no.2 Campinas Nov. 2011.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v17n2/a09v17n2.pdf>. Acesso em 10 de out. 2012.

CHAUÍ, Marilena. In. Debate. Ascensão Conservadora. São Paulo. 28 de ago de 2012. USP.

Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=KrN_Lee08ow&feature=share. Acesso em 6 de out. 2012.

EUZÉBIOS Filho, Antonio. Consciência, ideologia e pobreza: sociabilidade humana e desigualdade social. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Centro de Ciências da Vida, PUC-Campinas. 2007. In. EUZÉBIOS FILHO, Antonio. GUZZO, Raquel Souza Lobo. Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. Psicol. Soc.[online]. 2009, vol.21, n.1, pp. 35-44. ISSN 1807-0310. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000100005>. Acesso em 04 de out. de 2012.

NERI, Marcelo Cortes. (Cord.) Desigualdade de Renda na década. FGV/CPS, 2011.

REIS, Elisa P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 15, n. 42, fev. 2000. Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102- em Acessos em 04 nov. 2012. REIS, PEREIRA Elisa e SCHWARTZMAN, Simon. Pobreza e Exclusão Social: Aspectos Sócio Políticos. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/exclusion.pdf>. Acesso em 04 de nov. 2012.

SCALON, Celi. Justiça como igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro. Sociologias. Porto Alegre, n. 18, Dec. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151745222007000200007&script=sci_arttext Acesso em 05 de nov.2012.

SCHWARTZMAN, Simon. Estatísticas da Pobreza. Revista Brasileira de Estatística, vol. 58, n. 209, Jan/ junho de 1997, pp. 7-18. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/statpob.htm>. Acesso em 16 out. de 2012.